

Empreendimentos de Economia Solidária do Setor Têxtil, Vestuário e Calçados na Região do Vale do Ivaí: Limites e Possibilidades

Marcio Pascoal CASSANDRE (UP)

Valdir ANHUCCI (FECEA)

José Stefferson Pessoa LELLIS (FECEA)

Juscilene CHVED (FECEA)

Emília Vella FALLEIROS NETA (FECEA)

Os projetos de Economia Solidária, implantados em redes que se conectam através de unidades de produção num movimento de realimentação na geração de novos postos de trabalho, se destacam enquanto alternativas de produção dentro do atual sistema capitalista. A importância desses projetos é medida pelo fortalecimento da economia e do poder local, que é possível, desde que exerça um processo de transformação cultural das sociedades, consolidando empreendimentos voltados para uma ética e uma visão de mundo solidário, embora aquém da possibilidade de ruptura com o sistema econômico vigente. A proposta deste estudo é demonstrar a importância da Economia Solidária como alternativa de desenvolvimento sustentável e apresentar um diagnóstico dos diversos grupos cadastrados nos registros do Fórum Brasileiro de Economia Solidária em desenvolvimento na região do Vale do Ivaí, voltados ao setor têxtil, vestuário e calçados, procurando identificar a lógica de produção em que estão inseridos.

Palavras Chaves: Economia Solidária. Produção. Desenvolvimento Econômico.

INTRODUÇÃO

A Economia Solidária tem como proposta genuína inserir o ser humano no centro da atividade econômica, valorizando o trabalho como gerador de riquezas, fortalecendo relações econômicas e sociais com base na autogestão, na solidariedade, nas práticas de produção, comercialização e consumo. Tal processo passa pela estruturação de um conjunto de organizações que se retroalimentam através de redes colaborativas solidárias, experiências de compras coletivas, de constituições de moedas sociais, de bancos comunitários, cooperativas, empresas de autogestão, enfim, de inúmeras formas de organização de alternativas coletivas que apontam para outra lógica de economia possível e necessária ao desenvolvimento justo e sustentável (MANCE, 2008).

É possível considerar a Economia Solidária como instrumento de redução das desigualdades sociais e com a finalidade de assegurar condições de sustentabilidade real e efetiva, além de proporcionar a justa distribuição de tudo o que for socialmente produzido.

Nas últimas décadas, percebe-se o crescimento de práticas intituladas como sendo de Economia Solidária no Brasil e em várias partes do mundo, e que, por sua vez, tem proporcionado outras perspectivas a pessoas excluídas do acesso ao trabalho. Tais experiências podem se destacar como importantes alternativas ao modo de produção capitalista que, determina a exclusão social de parcela significativa da população mundial.

O termo “comércio justo” é entendido como “fluxo comercial diferenciado, baseado no cumprimento de critérios de justiça e solidariedade nas relações comerciais que resulte no protagonismo dos Empreendimentos Econômicos e Solidários (EES) por meio da participação ativa e do reconhecimento da sua autonomia” (CARACTERÍSTICAS..., 2009).

De acordo com Mance (2008 *apud Fairtrade Labelling Organizations International* (FLO)), o faturamento do comércio justo certificado no mundo - realizada por entidades credenciadas na Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Irlanda, Itália, Japão, Luxemburgo, Holanda, Noruega, Suécia, Suíça, Reino Unido, Estados Unidos, Austrália e Nova Zelândia, tem tido um crescimento anual de mais de 40% ao longo dos últimos anos. No ano de 2007, a soma da receita desses países chegou à marca de 2,3 bilhões de euros, com um expressivo crescimento de 47% em relação ao ano anterior. Entre os produtos comercializados, incluem-se: café, açúcar, banana, chá, sucos, artesanatos e confecções; mais de 1,5 milhões de pessoas, entre elas produtores e trabalhadores, espalhados por 58 países, são diretamente beneficiados pelas vendas dos produtos oriundos das organizações ligadas à Economia Solidária.

O aumento do comércio dos referidos produtos se deve à abertura de novos mercados no mundo, se destacando como os maiores consumidores do comércio justo, países como Reino Unido, Estados Unidos, Suécia e Noruega. Isso demonstra que são grandes as possibilidades de se implementar alternativas ao modo de produção capitalista.

Observa-se a expansão e consolidação de empreendimentos ligados a Economia Solidária, tratando-se de um processo irreversível, com forte tendência no Brasil.

Segundo mapeamento parcial denominado “Atlas da Economia Solidária no Brasil”, feito entre 2005 e 2007 pelo Governo Federal, através do Ministério do Trabalho e Emprego pela sua Secretaria Nacional de Economia Solidária – MTE-SENAES (A AUTOGESTÃO..., 2009), a tendência é que os empreendimentos de Economia Solidária possam ampliar ainda mais. Tal mapeamento diz respeito à metade do território nacional, registrando cerca de 20 mil iniciativas de Economia Solidária. Esses empreendimentos empregam cerca de 1,6 milhões de trabalhadores. Entre 2001 e 2007 foram gerados, através de empreendimentos solidários, aproximadamente 800 mil novos postos de trabalho, que demonstram a capacidade de absorção de mão-de-obra que essas iniciativas possuem.

Os desafios concernentes à situação de desemprego e a busca de alternativas para diminuir a exclusão do trabalho, também estão presentes na região do Vale do Ivaí.

Segundo consta no Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, a região do Vale do Ivaí, localizada no Noroeste do Estado do Paraná, é formada por 29 municípios cujo IDH geral médio se mantém próximo dos 0,718 pontos, enquanto o IDH da renda geral média é de 0,624 pontos e o salário mínimo médio da região chega ao máximo a R\$ 605,52 (IPARDES..., 2009). O maior IDH registrado do estado é do município de Curitiba com 0,856 pontos e o de menor IDH no município de Ortigueira com 0,620 pontos.

A projeção populacional feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2005, demonstrou a existência de aproximadamente 345 mil habitantes nessa região, dos quais 70,7% residem na área urbana. Em termos de mão-de-obra ocupada, o complexo têxtil-vestuário é o maior empregador com 43,2% do total de trabalhadores atuantes na região, representando 19,3% do Valor Adicionado Fiscal do Estado (VAF). No ano de 2000, segundo dados do Diagnóstico Socioeconômico do Território do Vale do Ivaí apresentou um índice de 37,9% de sua população ativa sem emprego.

Muito embora esse índice obtivesse uma melhora a partir dos dados de 2007, é grande a necessidade de abertura de postos de trabalho nessa região. Tal realidade tem justificado o surgimento de experiências de organizações coletivas, como alternativas de enfrentamento ao desemprego, contribuindo com o desenvolvimento desses pequenos municípios paranaenses.

Sendo assim, em contato com as experiências que se intitulam como Economia Solidária cadastrados no Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES (CIRANDAS..., 2009) e que se desenvolvem na Região do Vale do Ivaí, o presente estudo teve por objetivo elaborar um diagnóstico de tais grupos, apresentando a condição em que essas organizações se encontram no que se refere à sua estrutura, produção, comercialização, consumo e na formação e qualificação social e profissional.

Tal diagnóstico parte dos princípios que regem a Economia Solidária e compreende a primeira fase do projeto de extensão universitária denominado “Programa de diagnóstico, formação e aprimoramento de pequenos empreendimentos do setor têxtil, vestuário e calçados do Vale do Ivaí com bases na perspectiva da Economia Solidária”. Diante dos empreendimentos existentes na região, justifica-se a realização desse diagnóstico.

O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E SUAS MAZELAS

São grandes os problemas enfrentados pela humanidade diante das relações sociais que tem se colocado a partir do surgimento do sistema capitalista. Sua hegemonia tem levado a prejuízos incalculáveis para a população mundial. De acordo com Singer (2002, p.10):

O capitalismo é um modo de produção regido pelos princípios de direito da propriedade individual aplicado ao capital e o direito à liberdade individual. A aplicação destes princípios divide a sociedade em duas classes básicas: a classe proprietária ou possuidora de capital e a classe que ganha vida mediante a venda de sua força de trabalho à outra classe. O resultado natural é a competição e a desigualdade.

Isso pode ser demonstrado a partir dos grandes problemas sociais que a sociedade enfrenta nos dias atuais, sem considerar ainda o caos ambiental em que o mundo está submetido, fruto de um modelo insustentável de organização social que ameaça de forma preocupante o equilíbrio do planeta. Conforme Mance (2008, p. 21) "a lógica de competição peculiar ao capitalismo impede o desenvolvimento colaborativo de tecnologias sustentáveis, economicamente, ecologicamente e socialmente."

O capitalismo se desenvolve por meio da acumulação de capital, que se dá a partir da mais valia, possibilitando a concentração de renda e riqueza nas mãos de uma minoria, em detrimento da pobreza e da miséria de parcela significativa da população mundial. Borchardt (apud MARX, 1982, p. 146) versa que “[...] o processo de produção capitalista reproduz [...] e eterniza as condições de exploração do operário. Ele obriga constantemente o operário a vender sua força de trabalho para viver, permitindo ao capitalista comprar constantemente essa força para se enriquecer.”

Para Barbosa (2007, p. 57)

A subordinação das necessidades humanas à reprodução de valor de troca é a marca distintiva do sistema e isso só foi possível na medida em que se transformou a produção de riqueza no objetivo dos homens mediante a separação entre valor de uso e valor de troca - desconexão entre necessidade e produção de riqueza.

Além da desconfiguração das relações humanas e sociais o sistema capitalista promove a degradação do meio ambiente devido à extração extrema de matéria prima para a produção de novas mercadorias para o consumo, esgotando-se assim os recursos naturais disponíveis para a população.

Na lógica da acumulação capitalista é preciso reinventar novas necessidades de consumo, o que ocorre mediante a exploração contínua dos recursos naturais. De acordo com May (2003) decorre que, no capitalismo o uso de recursos humanos e naturais passam a não ter nenhum controle social. Conforme Mance (2008) a finalidade do desenvolvimento das forças produtivas sob o capitalismo é ampliar a concentração de riqueza e não a promoção do bem viver das pessoas e o equilíbrio dos ecossistemas.

O próprio sistema evidenciou pelas crises cíclicas, ao longo de sua vigência, suas contradições estruturais inerentes. A crise de 1929, por exemplo, confirmou a insuficiência do mercado na regulação econômica, e juntamente com a mobilização e organização da classe trabalhadora, constrangeu o sistema capitalista a buscar solução numa política econômica baseada na intervenção estatal (BEHRING E BOSCHETTI, 2008). Política econômica esta que, após reger algumas décadas do sistema, passou a ser questionada a partir da década de 70 com a emergência de mais uma crise estrutural.

Antunes (2003) afirma que diante desta crise novas estratégias foram engendradas para a acumulação de capital. A política econômica keynesiana - qual sugeria maior intervenção do estado na economia - e acompanhada do processo de produção fordista - baseada no aumento de produção e aumento da eficiência barateando custos - que foi saída estratégica da última crise cíclica (1929) do sistema capitalista, foi substituída pelo modelo neoliberal acompanhada de uma nova fase de produção, a acumulação flexível, a partir da década de 1970.

Neste processo de reestruturação produtiva Antunes (2003) destaca elementos que desencadearam mudanças no mundo do trabalho e conseqüentemente na organização social: o avanço tecnológico (automação, robótica e a microeletrônica) que aumenta o que Marx denominou de trabalho morto; a flexibilização na organização da produção, deslocando partes da cadeia produtiva e aumentando os trabalhadores terceirizados; o enfraquecimento da social-democracia; e a desmobilização da classe trabalhadora.

Esta conjuntura favoreceu e foi incrementada, na década de 80, pelo fortalecimento global do projeto neoliberal, que promoveu com esforço decisivo - principalmente a partir da década de 90 - a desregulamentação, privatização e desmantelamento do contrato social entre capital e trabalho, resultando em desemprego explosivo, aumento do trabalho informal, precarização ilimitada, rebaixamento salarial, perda de direitos, etc. (ANTUNES, 2003).

No final do século XX e início do século XXI, a oferta de emprego e os índices de

crescimento da economia tiveram uma retração. Nota-se nos últimos 15 anos a relação da falta de emprego com a implantação do processo de reestruturação produtiva, bem como a crescente diminuição de oferta de postos de trabalho (SERRA, 2006).

De acordo com Pochmann (2008, p.23), o balanço econômico e social das últimas décadas não é positivo no Brasil, na medida em que a renda per capita permaneceu praticamente estagnada enquanto o salário mínimo perdeu 50% do seu poder aquisitivo e o desemprego aberto foi multiplicado 3,5 vezes, por consequência, a participação do rendimento do trabalho na renda nacional, que era de 50% em 1980, passou para apenas 36% em 2003. Segundo Matoso (1999, p.17) o Brasil perdeu 3,3 milhões de postos de trabalhos formais numa realidade de cerca de 18 milhões de assalariados, num total de 70 milhões de população economicamente ativa.

Pochmann (2008) ressalta que o aprofundamento do ciclo de financeirização da riqueza durante as duas últimas décadas ocorrem em consonância com a desestruturação do mercado de trabalho, reforçando que,

Enquanto aumenta o pequeno contingente de famílias ricas financeirizadas no país, sustentado pela aplicação de seus recursos em títulos da dívida pública, com valorização anual de 2,5 vezes superior à rentabilidade do capital produtivo, cresce, na outra base da pirâmide social, o peso relativo das famílias pauperizadas, dependentes, muitas vezes do trabalho informal. (2008, pg. 24)

Esta situação vem se agravando ainda mais devido outra crise mundial desencadeada, a partir de 2008, com a falência das instituições financeiras aparentemente sólidas.

Os acontecimentos citados acima fragilizaram o modelo tradicional de relação capitalista de trabalho, fazendo com que milhões de trabalhadores se sujeitem a abdicar de seus direitos sociais para garantir a sua sobrevivência.

Dessa configuração, irrompe o surgimento e avanço de outras formas de organização do trabalho, pela necessidade dos trabalhadores encontrarem alternativas de geração de renda. Na concepção de Mance (2008), torna-se urgente e necessário a busca por um novo modelo de organização da sociedade, com um modo de produção que coloque em primeiro lugar o atendimento das necessidades humanas, promovendo relações sociais baseadas na solidariedade, na justiça social e na preservação do meio ambiente.

A ECONOMIA SOLIDÁRIA: Uma alternativa ao modo de produção capitalista?

A Economia Solidária é hoje um conceito amplamente utilizado no mundo todo, com acepções variadas, mas que giram todas ao redor da idéia da solidariedade, em contraste com o individualismo competitivo que caracteriza o comportamento econômico padrão nas sociedades capitalistas.

No âmbito internacional, a Economia Solidária se consolidou como questão central nas edições do Fórum Social Mundial, na articulação com as experiências de outros países e principalmente dos países da América do Sul.

No Brasil, a criação em 2003, da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES e do Conselho Nacional de Economia Solidária - CONAES em 2005, foi um importante passo para o avanço da Economia Solidária como política pública no âmbito do Poder Público Federal.

Com o surgimento de inúmeras vertentes voltadas ao pensamento econômico solidário, conta-se atualmente com múltiplas conferências nacionais onde se delinham seus valores de relações sociais internas e externas, sendo esses importantes espaços de debate sobre o assunto.

A I Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES: Documentos MTE/SENAES, 2005) estabelece como valores da Economia Solidária: equidade, educação solidária, direitos e responsabilidades, organização e gestão, tendo como um dos principais objetivos o de afirmar a Economia Solidária como estratégia e política de desenvolvimento, compartilhando valores, princípios e práticas de um conjunto de lutas históricas das classes populares e de setores excluídos da sociedade.

Segundo Mance (2008, *apud* CONAES, 2006) “a Economia Solidária está ultrapassando a dimensão de iniciativas isoladas para inserção nas cadeias produtivas, redes e articulações com processos de desenvolvimentos territoriais, rumo a uma articulação nacional e latino-americana.”

A Economia Solidária é uma substituição estrutural de trabalho assalariado, por atividades informais de trabalho, estimulada, sobretudo, por organizações civis e governamentais voltadas para a geração de ocupação e renda. São representados pelos sindicatos, igrejas, universidades, entidades civis de direitos humanos e partidos de esquerda e, de forma mais contundente, Partido dos Trabalhadores (PT), que reivindicam junto ao poder público e empresarial ações contra o desemprego (BARBOSA, 2007).

As primeiras iniciativas no Brasil se deram no início da década de 1990 com trabalhadores da Makerli, empresa de razoável porte do ramo calçadista em Franca/SP, que se organizaram sob a forma cooperativa para tentar salvá-la. (A AUTOGESTÃO..., 2009)

Para Mance (2008, p.112)

Os segmentos de empreendimentos solidários se distribuem em diversas atividades, e tem como principal objetivo a reorganização social das ações de consumo, comércio, produção, serviço, finanças e desenvolvimento tecnológico de modo a promover a realização humana de cada pessoa, de forma ecologicamente sustentável, socialmente justa e economicamente viável.

Nesse conjunto de atividades e formas de organização destacam-se quatro importantes características: cooperação, autogestão, solidariedade, sustentabilidade econômica e ambiental. É necessário perceber que essas características, embora sejam complementares e provavelmente não funcionem isoladamente podem ser observadas e compreendidas objetivamente como categorias analíticas diferentes, mas sempre presentes no que se refere ao entendimento da Economia Solidária.

Mance (2008, p. 111, *apud* CONAES, 2006) define os pilares da Economia Solidária como:

Cooperação - modo de organização, produção, distribuição e consumo que tem por base a igualdade de direitos e responsabilidades de todos os participantes; Autogestão - é a participação democrática com exercício de poder igual para todos, nas decisões; Solidariedade - é uma transformação da mentalidade cultural dominante de competição para a construção do espírito de cooperação, onde todos os seres humanos fazem parte de uma mesma comunidade universal, em igualdade de direitos e de deveres humanos e; Sustentabilidade - é a preservação dos recursos naturais pelo manejo sustentável e responsabilidade com as gerações, presente e futura, construindo uma nova forma de inclusão social com a participação de todos.

Nunes (2002, p.2) sintetiza como passível de caracterização alguns princípios que deveras outorgam um empreendimento como sendo de Economia Solidária, são eles:

Motivações de justiça e solidariedade em todas as atividades implementadas e vividas coletivamente, tanto nas de produzir e consumir bens e serviços, como na de distribuí-los e comercializá-los; Referências de êxito distintas daquelas do

capitalismo, já que a reciprocidade e a fraternidade nas relações interpessoais são almeçadas; Processos de autogestão e autonomia, implicando lógicas de participação e estímulo ao engajamento; Criatividade e soluções alternativas, face aos problemas e negócios, visando à inovação tecnológica, gerencial e de relações humanas e; Preocupação com o meio ambiente e com um progresso sustentável para a geração seguinte, preservando os meios naturais hoje existentes.

Sendo assim, os Empreendimentos Econômicos Solidários podem ser conceituados como aquelas organizações:

a) coletivas - organizações suprafamiliares, singulares e complexas, tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, redes e centrais etc.; b) cujos participantes ou sócios (as) são trabalhadores (as) dos meios urbano e rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados; c) permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e aqueles que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas; d) com diversos graus de formalização, prevalecendo a existência real sobre o registro legal e; e) que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. (ATLAS, p.13)

Para Gaiger (2005) a Economia Solidária é projetada em cena como peça de resistência e como ensaio de outro projeto de sociedade, de uma globalização alternativa calcada na democratização da economia e na cidadania.

A Economia Solidária, segundo Singer (2000), surge como modo de produção e distribuição alternativa ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado.

Na concepção de Mance (2008, p.111, *apud* CONAES, 2006), a Economia Solidária,

[...] se caracteriza por concepções e práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano na sua integralidade ética e lúdica como sujeito e finalidade da atividade econômica, ambientalmente sustentável e socialmente justa, ao invés da acumulação privada do capital.

Coloca-se a Economia Solidária como possibilidade de desenvolvimento econômico com base nos princípios cooperativos, expressado em apenas uma classe social, a dos trabalhadores, respeitando a individualidade e distribuindo igualmente o capital. Para Mance (2008) além do desenvolvimento econômico, a Economia Solidária se destaca pela importância de se fundir dentro dos princípios solidários, quais sejam a sustentabilidade econômica, ambiental e promoção de uma sociedade mais justa.

Segundo Tiriba (1998, p. 198) a Economia Solidária pode gerar “uma nova cultura do trabalho que possa desencadear um projeto nacional de desenvolvimento desse novo setor da economia, tendo em vista os interesses dos setores populares”, ou seja, ainda que de forma limitada e contraditória, é possível que a Economia Solidária institua-se como uma alternativa real ao capitalismo, criando as condições para um novo modelo de desenvolvimento.

No âmbito do Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária – SIES (O QUE É..., *on-line*, 2009), a Economia Solidária é compreendida como o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito organizados e realizados solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária. Diante das distintas experiências de empreendimentos, a Economia Solidária tem sido amplamente discutida.

Numa perspectiva próxima a de Mance (2008) e Singer (2000); Gaiger (1999) considera que os empreendimentos de Economia Solidária se apresentam como um novo modo de organização das atividades econômicas e do trabalho devido à ruptura que introduzem nas relações de produções capitalistas. Para esse autor, os segmentos sociais de baixa renda seriam privilegiados por essas iniciativas solidárias, pois “novas” relações sociais de trabalho são oferecidas por esses empreendimentos.

Gaiger (2004) deixa claro que as organizações de Economia Solidária possuem sua importância na constituição de relações de trabalho diferenciadas, porém se faz pertinente colocar em dúvida se a Economia Solidária é capaz de modificar a ordem social dominante.

Uma razão para essa consideração deve-se ao fato de que essas organizações estão a todo o momento dependendo das relações de troca com outros empreendimentos capitalistas, demonstrando assim sua autonomia limitada e atestando o “caráter incompleto da emancipação do trabalho solidário diante do domínio do capital, seja na esfera da circulação e distribuição, seja na renovação contínua das forças produtivas” (GAIGER, 2004, p. 9)

Para Faria (2009), Singer, Gaiger e Mance possuem uma concepção idealizada do que se entende por Economia Solidária; concebem essa forma alternativa de construção de uma nova sociedade, de um novo modo de produção como uma solução sem contradições.

Nessa perspectiva, Faria (2009, p. 176) considera que:

É possível que os empreendimentos de Economia Solidária tenham relações de trabalho alternativas à heterogestão capitalista. Mas, estas poderão ser relações contraditórias no interior do sistema de capital. Não há como, nem histórica, nem praticamente, creditar à Economia Solidária a possibilidade de constituição a partir de si mesma de um outro modo de produção

É nessa perspectiva, que a Economia Solidária pode exercer um papel fundamental no desenvolvimento econômico, na construção de outra cultura, apontando para um modo de produção alternativo que seja capaz de se posicionar contra o sistema capitalista, porém, deve-se considerar a sua fragilidade na constituição de uma nova sociedade, haja vista a sua atual dependência do desenvolvimento capitalista, como por exemplo as tecnologias, a conquista de novos mercados, as relações de consumismo, dentre outras formas de vínculo ao atual sistema.

Ao admitir a Economia Solidária como alternativa inserida dentro do contexto da produção capitalista, destaca-se a necessidade de se aprofundar a discussão sobre o assunto, na medida em que a partir dessas iniciativas possibilite uma melhor condição de vida a um número significativo de trabalhadores.

Nesse sentido, justifica-se a ampliação de trabalhos investigativos que possam apresentar a realidade sobre a Economia Solidária enquanto alternativa ao modelo de organização social hegemônico nos dias atuais, bem como abordar as contradições presentes nesse modelo de organização.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As prerrogativas utilizadas para o diagnóstico pautaram-se no levantamento bibliográfico sobre o tema na coleta de dados secundários, como bases iniciais da formatação do processo de pesquisa em si, que deverá preencher as lacunas interrogativas de forma qualitativa e exploratória.

A partir da revisão bibliográfica sobre o tema central da pesquisa, obteve-se um quadro teórico de referência norteador do referencial empírico. Conforme Marconi e Lakatos (2003, p. 62), o levantamento de dados de diferentes fontes é essencial “(...) não só por trazer

conhecimentos que servem de *background* ao campo de interesse, como também para evitar possíveis duplicações e/ou esforços desnecessários”. Diante de tal fato, nota-se que a coleta de dados, ou seja, a documentação indireta a ser contemplada pelo presente estudo irá ocorrer a partir de duas formas principais: através do desenvolvimento da pesquisa bibliográfica, que se alicerça, em especial, na realização de pesquisas em referenciais bibliográficos (fontes secundárias), ou seja, “(...) abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico, etc.; até meios de comunicação oral” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 71).

Para a composição desse trabalho, buscaram-se informações diretas através da coleta de dados primários com os atores sociais envolvidos em projetos pertencentes aos vinte e nove municípios da região do Vale do Ivaí.

A primeira aproximação ao campo empírico se deu a partir do levantamento de informações que foi realizado através de contato com as prefeituras dos municípios do Vale do Ivaí. Num primeiro momento isso ocorreu por meio de ligações telefônicas às secretarias ou a órgãos responsáveis por cooperativas de geração de trabalho e renda e projetos de Economia Solidária. Para isso, foi utilizado como instrumento de identificação um roteiro sistematizado de perguntas para uma caracterização e mapeamento inicial.

Dentre as vinte e nove prefeituras consultadas foram diagnosticadas treze prefeituras que possuíam projetos de Economia Solidária, sendo, sete voltados ao ramo do vestuário e um no ramo de calçados. Dois desses empreendimentos estão estabelecidos em um único município. As demais prefeituras informaram a existência de projetos de outros segmentos ou de empreendimentos que não se caracterizam como de Economia Solidária.

No sentido de ampliar a abrangência da pesquisa, verificou-se criteriosamente os ambientes virtuais que possuíam informações sobre empreendimentos solidários e que pudessem confirmar as informações recebidas das prefeituras consultadas.

Através dessa ação foi possível encontrar o cadastro do sitio Cirandas (*sublink* do site do FBES), e o cadastro geral de empreendimentos solidários do Brasil ligado ao FBES, para comparativo entre cadastros de projetos de Economia Solidária que nomeassem e caracterizassem os empreendimentos de Economia Solidária existentes na região em pesquisa.

Ao agrupar as informações extraídas do contato telefônico e dos cadastros virtuais, verificou-se a existência de 14 empreendimentos em um total de 13 municípios, sendo um dos municípios contendo dois empreendimentos que compuseram a amostra não probabilística estratificada dessa pesquisa.

Na sequência, entrevistas foram realizadas *in loco* através do deslocamento da equipe de pesquisadores até os municípios identificados munidos de um roteiro semi-estruturado contendo 44 questões abertas e fechadas com base nos resultados obtidos através da revisão teórica sobre Economia Solidária.

Os itens constantes no roteiro das entrevistas foram divididos em: caracterização, histórico, forma organizacional, estrutura organizacional e atividade econômica.

Para a interpretação dos dados coletados utilizou-se a técnica da análise de conteúdo, que para Bardin (2004, p.31) significa “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”.

Os princípios de autogestão, solidariedade, cooperação e sustentabilidade compuseram as categorias de análise do conteúdo das entrevistas.

ANÁLISE DE RESULTADOS

O instrumento foi aplicado em sete empreendimentos do total de quatorze existentes, possibilitando apresentar as condições em que essas organizações se encontram no que se refere à sua estrutura, produção, comercialização, consumo e na formação e qualificação social e profissional abrangendo os princípios que regem a Economia Solidária. O instrumento não foi aplicado em quatro municípios por não existirem empreendimentos, pois se tratavam de serviços a terceiros em confecção de tapetes em barbante e que não se configuram na proposta da pesquisa. Outros três empreendimentos constavam nos cadastros virtuais, porém não foi possível contato devido à não existência real durante a visita *in loco*.

Pode-se constatar que os empreendimentos implantados no Vale do Ivaí surgiram de iniciativas pontuais do Governo Estadual, Federal e organizações não-governamentais, com a perspectiva de geração de trabalho e renda, frente à situação dos altos níveis de desemprego. Em muitos empreendimentos esse apoio se restringiu à simples doação dos equipamentos necessários ao desenvolvimento da atividade produtiva. Isso permitiu que tais grupos fossem facilmente aliciados por empresários que utilizam da estrutura dos empreendimentos para terceirizar sua produção.

Como resultado desse processo, em alguns dos municípios verificou-se uma situação crítica de oportunismo e exploração de alguns empreendimentos que foram cadastrados anteriormente nos sistemas informacionais do Governo como sendo de Economia Solidária, mas que possuem atualmente uma outra configuração. Exemplo disso é a situação de muitas famílias que ganham no máximo R\$250,00 reais por mês dependendo uma grande quantidade de trabalho, como é o caso do artesanato de barbante desenvolvido por várias famílias nos municípios visitados, onde algumas prefeituras tem incentivado esses grupos, inclusive subsidiando o valor do artesanato produzido. Com isso, pessoas físicas e jurídicas de outro estado têm se conveniado com algumas Prefeituras, estabelecendo relações que facilitam ainda mais a exploração de tão fragilizada mão-de-obra.

Nesse tipo de “empreendimento” o capitalismo mais uma vez mostra uma certa capacidade de “mutação”, ou seja, extrapola o espaço organizacional formatado para produção para ocupar o espaço das próprias casas dos indivíduos. Nessa condição, os trabalhadores têm menos chances de mobilização coletiva e identidade de classe devido ao desconhecimento dos pares no espaço de produção. Além disso, os princípios de auto-gestão, solidariedade, cooperação e sustentabilidade nesse modelo de produção estão distantes das práticas solidárias.

Isso demonstra que os empreendimentos visitados parecem estar distantes de serem reconhecidos como sendo de Economia Solidária do ponto de vista teórico. O desconhecimento conceitual se apresentou evidente nos diálogos travados entre a equipe de entrevistadores e os trabalhadores/trabalhadoras de cada um dos empreendimentos. Porém, foram perceptíveis algumas características da Economia Solidária.

Observou-se que muito embora haja o espírito cooperativista no cotidiano destes grupos, há situações que demonstram a distância entre a realidade dos empreendimentos e os princípios da Economia Solidária.

No que se refere à autogestão, percebe-se que as decisões são tomadas a partir de um diálogo entre os integrantes dos grupos, o que aponta para uma gestão mais democrática desses empreendimentos. Verificou-se ainda, que muitas das regras pré-estabelecidas vigoram de forma verbal e passa a ser consentido por todos os membros do grupo. Por outro lado, fica claro a necessidade da textualização das regras, a fim de formalizá-las. Cumpre destacar que, em apenas dois dos empreendimentos visitados, a estrutura da autogestão está documentada em estatuto, constituído pelos próprios atores sociais do empreendimento.

Pode-se constatar que a solidariedade é algo presente nesses empreendimentos, na medida em que ao se reportarem aos membros dos grupos, verifica-se a preocupação com a ajuda mútua, o respeito às diferenças, a reciprocidade, a motivação e a divisão justa do

trabalho.

Na sustentabilidade ambiental notou-se que há ainda um baixo envolvimento e poucas ações efetivas, escassos mecanismos e programas de conscientização. Em um dos grupos a preocupação com o meio ambiente se expressa na forma de destinarem seus resíduos a empresas especializadas. Outros, porém, ainda por questões estruturais e de responsabilização, não possuem um destino adequado aos seus resíduos.

A existência e a continuidade de cinco empreendimentos se deve às atividades de fabricação (terceirização) atribuída por médias e grandes empresas do ramo de vestuário das cidades maiores da região que pagam a esses empreendimentos por peça produzida. Em todos os empreendimentos pesquisados verificou-se uma extrema dependência dessas empresas para a manutenção das atividades. Além disso, notou-se a informalidade na prestação de serviço e o excesso de trabalho, na medida em que as pessoas recebem por produção.

Ao se dedicarem ao trabalho por muitas horas surge uma dificuldade que é a ação de pensar coletivamente; como maneira de se desvencilhar da falta de autonomia na tomada de decisão sobre o empreendimento. Nesse caso, o trabalhador está atrelado aos interesses de um terceiro que explora e que não possibilita uma melhor condição de vida para essas pessoas. Trata-se da extrema exploração dos que necessitam de um trabalho, violando todos os direitos previstos na legislação brasileira.

É presente a necessidade de orientação técnica na perspectiva de que esses grupos comecem a refletir sobre sua organização a fim de empreenderem um esforço em buscar ações que mais se aproximem de empreendimentos com características da Economia Solidária.

Muito embora muitos dos empreendimentos existentes no Vale do Ivaí almejam um modelo cooperativo e de autogestão, na prática, o que tem se configurado são grupos de trabalhadores aliciados por um intermediário, ou diretamente por algumas empresas que se aproveitam da situação para garantir mão-de-obra barata.

Não resta dúvida que as pessoas inseridas nesses grupos são motivados pela satisfação dos mais diversos interesses pessoais, entre os quais destaca-se o fato desses empreendimentos gerarem um emprego e minimamente uma renda, mesmo que pequena. Por outro lado, essa fragilidade por parte dos trabalhadores tem possibilitado a manutenção de práticas extremamente perversas por parte de alguns empresários.

Pode-se observar ainda, que há dificuldades na aceitação de alguns trabalhadores em estabelecer relações de trabalho onde não há um chefe ou proprietário. Essa é uma cultura que ainda carece ser construída. Diante da naturalização de que alguém manda e muitos obedecem, predomina a prática de dominação em que os trabalhadores se submetem a regras postas pelo empregador.

Outro aspecto que tem dificultado a perspectiva da Economia Solidária no Vale do Ivaí é fato dos empreendimentos não dominarem instrumentos de planejamento que possibilitem uma gestão capaz de ampliar o mercado e agregar valor ao que é produzido, a fim de que haja uma maior remuneração a esses trabalhadores.

CONCLUSÃO

Uma das prerrogativas do capitalismo é a liberdade de contrato e de associação para implementação da economia, o que não impede e até incentiva outras formas de desenvolvimento, devido sua limitada capacidade de absorver toda a população economicamente ativa.

Diante das crises oriundas desta capacidade limitada do sistema capitalista, dentre aqueles que de forma sintomática buscam novos meios de sustentação e de melhoria de condição de vida, a Economia Solidária emerge como alternativa para uma parcela da

sociedade desprovida da oportunidade de se considerarem cidadãos dignos e capazes de produzirem sua própria renda. A essa alternativa não se pode creditar a capacidade de rompimento total com o atual sistema, nem mesmo se tem evidências de condições concretas para uma revolução social explícita e declarada, fato este explicitado pela constante dependência e vínculo às evoluções do atual sistema capitalista e da Economia Solidária

A Economia Solidária deixa de ser uma possibilidade de mudança e de transformação do atual sistema econômico e passa a ser uma alternativa de enfrentamento do capitalismo, não existindo fora e na periferia do sistema, mas estando dentro, utilizando-se desse sistema para a sua existência, inclusive dependendo das atuais ferramentas informacionais, de comunicação e do avanço da globalização.

Os resultados explicitados nesse trabalho não esgotam a infinidade de informações percebidas através dos vários detalhes observados e subjetividades captadas pelos pesquisadores envolvidos nesse projeto através dos diálogos estabelecidos ora formalmente através da entrevista, ora nos bate-papos e conversas informais.

Comparativamente notaram-se nos empreendimentos algumas semelhanças que possibilitariam outras análises e conclusões para um posterior trabalho; as questões de gênero são marcantes nos empreendimentos, pois diagnosticou-se que a maioria deles é composta por mulheres com grau de instrução não superior ao ensino médio. Além disso, foi possível perceber que todos os empreendimentos iniciaram suas atividades com um número maior do que o atual, mas por algumas razões ainda desconhecidas possuem atualmente em média 10 trabalhadores.

Conclui-se que após a análise de conteúdo, para a real viabilidade econômica, há a necessidade prioritária de se firmar convênios, desenvolverem produtos e interligar estes empreendimentos a outros do mesmo segmento para que possam conjuntamente ter capacidade competitiva e de sobrevivência num mercado em plena expansão, ou seja, o mercado de comércio justo e solidário.

Diante dos dados coletados e das entrevistas *in loco* do “Programa de diagnóstico, formação e aprimoramento de pequenos empreendimentos do setor têxtil, vestuário e calçados do Vale do Ivaí com bases na perspectiva da Economia Solidária” poderá dar continuidade, caso haja interesse de cada um dos empreendimentos visitados e mapeados, em assessoria técnica. Para tanto, pretende-se elaborar ferramentas cujo em sua estrutura e propósito possa conotar títulos que corroboram para a fundamentação desses empreendimentos em estruturas firmes e, quiçá organizadas em redes solidárias de produção e comercialização conjunta.

Sequencialmente inicia-se a fase secundária do referido projeto de extensão, imbuído na sistematização desses empreendimentos, favorecendo-os em suporte técnico-administrativo que colaborem assim para sua real viabilidade econômica e inserindo em seus conceitos de vida os valores comumente voltados ao sentido do termo Economia Solidária.

Propõe-se ainda, uma releitura não só de estrutura, mas também da possibilidade de emancipação desses trabalhadores por meio da ampliação da reflexão, da oportunidade de aquisição de novos conhecimentos e da mudança de valores. Para isso serão perseguidos subsídios para entendimento de como agem os atores sociais, viabilizando discussões que possam apontar para uma melhor organização e consolidação dos empreendimentos de Economia Solidária na Região do Vale do Ivaí e mais ainda, para a melhoria das condições de vida dos cidadãos dessas localidades.

REFERÊNCIAS

A **AUTOGESTÃO** e o **“Novo Cooperativismo”**. Disponível em <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/>; Acesso em: 15 jun. 2009.

- ANÁLISE de Conteúdo:** A proposta de Laurence Bardin. Disponível em: <http://www.caleidoscopio.psc.br/ideias/bardin.html>. Acesso em 11 nov. 2009.
- ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 9ª ed. SP: Cortez; Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003.
- ATLAS da Economia Solidária no Brasil.** Ministério do Trabalho e Emprego Secretaria Nacional de Economia Solidária. SENAES, 2006.
- BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo.** Lisboa: Edições 70. 3a. ed. 2004.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: Fundamentos e História.** Cortez. São Paulo, 2006.
- CANONICE, Bruhmer C.F. PREVIDELLI, J.J. Manual para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos:** Monografias, TCCs, Trabalhos de Estágio, Projetos de Iniciação Científica. Unicorpore, Maringá-PR, 2006.
- CARACTERÍSTICAS do Comércio Justo e Solidário.** Disponível em: <http://www.facesdobrasil.org.br/caracteristicas.html>. Acesso em 15 jun. 2009.
- ECONOMIA Solidária e Autogestão:** A Criação Re-criação de Trabalho e Renda. Disponível em <http://www.unitrabalho.org.br/paginas/noticias/artigos/pdf/economiasolidaria.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2009.
- FARIA, José Henrique de. Gestão Participativa:** relações de poder e de trabalho nas organizações. São Paulo: Atlas, 2009.
- GAIGER, Luiz Inácio. A Economia Solidária e o Projeto de Outra Mundialização.** UFRGS. RS. 2005.
- _____. et al. **Sindicalismo e Economia Solidária:** reflexões sobre o projeto da CUT. São Paulo: CUT, 1999.
- _____. **Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil.** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.
- MANCE, Euclides André. Constelação Solidários:** As Fendas do Capitalismo e sua Superação Sistêmica. IFIBE. Passo Fundo– RS. 2008.
- MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de Pesquisa.** Atlas. S P, 1982.
- _____. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MARX, Karl - Ed. resumida por Borchardt, Julian - O Capital.** 7ª ed. CTC 1882 RJ.
- MATTOSO, Jorge. O Brasil Desempregado:** Como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90. Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 1999.
- MAY, Peter H., Lustosa, Maria Cecília. Vinha, Valéria da. Economia do Meio Ambiente.** Elsevier. 2003. Rio de Janeiro.
- Ministério do Trabalho e Emprego.** I Conferência Nacional de Economia Solidária. SENAES, DF. 2005.
- NUNES, Débora. A Construção de uma Experiência de Economia Solidária num Bairro Periférico de Salvador.** Bahia Analise & Dados. Salvador. SEI. v.12. n.1., p.59-76, junho 2002.
- O QUE É Economia Solidária.** Disponível em: http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_oque.asp. Acesso em 19 de nov. 2009
- POCHMANN, Marcio. Rumos da Política do Trabalho no Brasil.** In: **SILVA, Maria Ozanira da Silva e; IAZBECK, Maria Carmelita (orgs.). Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo.** Cortez. São Paulo, 2008.
- SERRA, Rose. Enfrentamento do Desemprego/Subemprego – alternativas de trabalho/renda na atual conjuntura brasileira.** In: **FREIRE, Lúcia M. B., FREIRE, Silene de Moraes, CASTRO, Alba Tereza Barroso de (orgs.) Serviço Social Política Social e Trabalho - Desafios e Perspectivas para o Século XXI.** Cortez -SP, 2006.

SINGER, Paul Israel. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: **SINGER, Paul & SOUZA, André R. de. A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo, Contexto, 2000c. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php> : Acesso em: 15 jun. 2009.

TAUILE, José Ricardo. “Do Socialismo de Mercado à Economia Solidária”. Disponível em http://www.acompanhamentoproninc.org.br/down_tauile/: Acesso em: 15 jun. 2009.

TIRIBA, Lia Vargas. Economia Popular e Produção de Nova Cultura do Trabalho: contradições e desafios frente à crise do trabalho assalariado. In: **FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século.** Petrópolis. Vozes,1998.